



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

LEI Nº 4.201 – DE 16 DE MAIO DE 2014

(Dispõe sobre a regulamentação dos serviços funerários, autoriza o Poder Executivo Municipal a delegar, mediante concessão, os serviços públicos funerários, e dá outras providências)

ANA MARIA MATOSO BIM, PREFEITA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; ...

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E DECRETOU E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Artigo 1º - O Serviço Funerário tem caráter público essencial, conforme dispõe o Artigo 111 da Lei Orgânica do Município de Fernandópolis e inciso IV, do artigo 10, da Lei Federal nº 7.783/89, realizado mediante concessão pública.

Artigo 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a outorgar, no mínimo 04 (quatro) e, no máximo, 06 (seis) concessões para execução do serviço funerário, precedida de licitação na modalidade de Concorrência Pública, observando as prescrições estabelecidas no artigo 175 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.987/95, na Lei Federal nº 9.074/95 e na Lei Federal nº 8.666/93.

§ 1º - *(VETADO)*.
§ 2º - A outorga de cada concessão terá o prazo de vigência mínimo de 120 (cento e vinte) meses, contados da assinatura do contrato administrativo.

Artigo 3º - Os serviços funerários serão prestados pelas vencedoras do certame licitatório estabelecidas ou com filial no Município de Fernandópolis, ficando expressamente proibido as empresas funerárias de outros municípios exercerem atividades concorrentes, exceto para fins de transporte de cadáveres para fora do Município de Fernandópolis nos termos da Lei Complementar Estadual nº 413, de 12 de setembro de 1985.

Artigo 4º - Fica proibido empresa de plano funerário ou convênio funerário contratar, das Concessionárias, funeral inferior ao definido na tabela referencial de valores das atividades funerárias no Brasil, expedida pela Associação Brasileira de Empresas e Diretores Funerários, Administradoras de Planos Funerários, Assistência à Família, Crematórios e Laboratórios de Tanatopraxia ou outra norma que o Poder Concedente vier a expedir.

Artigo 5º - Fica proibido empresa seguradora ou por empresa de intermediação de assistência de seguradora a contratar, das Concessionárias, funeral inferior ao definido na tabela referencial de valores das atividades funerárias no Brasil expedida pela Associação Brasileira de Empresas e Diretores Funerários, Administradoras de Planos Funerários, Assistência à Família, Crematórios e Laboratórios de Tanatopraxia ou outra norma que o Poder Concedente vier a expedir.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

Artigo 6º - A prestação do serviço funerário atentará para as condições de regularidade, continuidade, generalidade, atualidade, eficiência, segurança, modicidade e cortesia na relação com os usuários, nos termos do artigo 6º, da Lei Federal nº 8.987/95.

Artigo 7º - As Concessionárias, sob supervisão permanente do Poder Concedente, atenderá aos usuários de maneira a proporcionar a prestação de serviço igualitário.

Artigo 8º - As concessionárias deverão fornecer gratuitamente o serviço funerário aos que pela condição de vulnerabilidade e risco social, segundo os critérios definidos pelo poder concedente por Decreto, se enquadrem na condição de indigente.

Artigo 9º - São considerados serviços funerários as seguintes atividades:

- I - Serviços funerários obrigatórios:
 - a) fornecimento de urnas;
 - b) transporte de cadáver do local da liberação do corpo, dentro do Município de Fernandópolis, para o velório e até o cemitério;
 - c) preparação de corpo;
 - d) ornamentação da urna com flores;
 - e) véu em tule;
 - f) fornecimento de água e café;
 - f) suporte para urna.
- II - Serviços funerários facultativos a critério da família:
 - a) necromaquiagem;
 - b) maquiagem facial;
 - c) reconstituição de mãos e faces;
 - d) tanatopraxia;
 - e) embalsamamento;
 - f) roupas: terno, camisa e vestido;
 - g) paramentos: cortinas, castiçais, suporte para coroa de flores e velas;
 - h) coroa de flores;
 - i) transporte de cadáver humano exumado ou membros;
 - j) transporte de cinzas;
 - k) transporte de cadáver para cremação;
 - l) plano de assistência funeral;
 - m) lanches e bebidas não especificadas no serviço obrigatório;
 - n) serviços de crematório.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo definem-se:
I - Carro para Enterro: Carrinho fixo com 4 (quatro) rodas de aço inox ou galvanizado utilizado para transporte do falecido, do velório até o local do sepultamento;

II - Embalsamento: É a técnica de tratar o cadáver com substâncias anti-sépticas e conservadoras para sepultamento tardio, definido na Resolução da ANVISA nº 68/2007;

III - Enfeite Floral: Consiste em arranjos de flores e coroas de flores naturais ou artificiais para embelezamento do falecido dentro da urna e também na sala velatória;

IV - Fornecimento de Urna Mortuária ou Caixão: Consiste no fornecimento de uma caixa comprida, geralmente de tampa abaulada, para depositar o corpo do morto e conduzi-lo à sepultura;

V - Locação de Sala Velatória: É o fornecimento de uma sala, onde realizará a vigília e a realização das últimas homenagens ao falecido;

VI - Maquiagem Necrófila: Preparação do corpo do falecido para devolver a sua cor e aparência natural, através de cosméticos e cuidados estéticos em geral, visando a sua melhor apresentação;

VII - Paramentos para Urna: É o conjunto de equipamentos necessários para adorno da urna, compreendem um par de suportes para urna mortuária, castiçais, suporte para livro de presença e cruz

grande, podendo ser em aço inox, em bronze ou em alumínio;

VIII - Remoção: É o transporte do falecido do local do óbito até o laboratório da concessionária e/ou do velório ao local da inumação ou sepultamento;

IX - Serviços Assistenciais: Consiste em diligências administrativas para formalizar a liberação do corpo para inumação junto:

- a) a hospital e/ou médico em busca do atestado de óbito;
- b) ao cartório de registro civil para expedição de certidão de óbito;
- c) a delegacia de polícia;
- d) ao instituto médico legal;
- e) à administração cemiterial para sepultamento;
- f) a imprensa escrita e/ou falada para publicação de avisos.

X - Complementação de Serviços: Ocorre quando é trasladado o falecido de outro município para realizar o cerimonial e o sepultamento no Município de Fernandópolis, após a entrada do corpo na sala velatória todos os eventuais serviços serão prestados até o sepultamento pela Concessionária;

XI - Suporte para Urna: Consiste no par de cavaletes de bronze ou níquel ou alumínio que serve para sustentar a urna na altura de um metro do piso dentro da sala velatória;

XII - Formolização ou tanatopraxia: É o método de conservação de restos mortais humanos com o objetivo de promover sua conservação de forma temporária;

XIII - Veu: Tecido transparente de seda que cobre o rosto do falecido;

XIV - Plano Funerário ou Convênio Funerário ou Seguro Funerário: É contrato entabulado entre a Concessionária e o(s) munícipe(s) ou entre empresa comercial com o(s) munícipe(s) ou seguradora para garantir a prestação de serviços funerais em caso de falecimento de pessoa física integrante do contrato.

Artigo 10 - Compete ao Município de Fernandópolis:
I - examinar e deliberar sobre assuntos relativos à operacionalização dos serviços funerários;

II - intermediar, quando solicitada, ajustes entre usuários e Concessionária;

III - fiscalizar a prestação do serviço funerário, por meio de seus servidores, promover as notificações e autuações necessárias;

Parágrafo Único - No exercício da ação fiscalizadora os agentes municipais devidamente identificados terão entrada franqueada nas dependências das agências funerárias ou no local da ocorrência de eventual infração, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário.

CAPÍTULO III

DOS VALORES DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Artigo 11 - As Concessionárias, para a cobrança de seus serviços, deverão observar a tabela referencial de valores das atividades funerárias no Brasil expedida pela Associação Brasileira de Empresas e Diretores Funerários, Administradoras de Planos Funerários, Assistência à Família, Crematórios e Laboratórios de Tanatopraxia ou outra norma que o Poder Concedente vier a expedir, não podendo cobrar valores superiores.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Artigo 12 - A Concessão do serviço funerário somente será outorgada as empresas vencedoras do certame licitatório depois de satisfeitas as exigências contidas no Edital de licitação.

SEÇÃO II

DAS INSTALAÇÕES E SEDE

Artigo 13 - A instalação física e operacional da Concessionária deverá localizar-se em local de fácil acesso aos usuários.

Artigo 14 - Não será permitida a exposição de mostruários de urnas ou qualquer objeto funerário fora do estabelecimento ou voltado para a via pública.

Parágrafo Único - As concessionárias são obrigadas a ter estacionamento próprio para seus veículos oficiais e a seus serviços, ficando vedada o estacionamento no passeio público além do tempo necessário às atividades inerentes ao serviço funerário.

Artigo 15 - Para executar a atividade de preparação de corpos as Concessionárias deverão dispor de ambiente adequado e com equipamento para manuseio de cadáver, obedecendo a Resolução ANVISA nº 68, de 10 de outubro de 2007 ou outra norma legal ou infra legal que venha a substituir.

Parágrafo Único - Na hipótese de embalsamamento, tanatopraxia, necromaquiagem e reconstituição as Concessionárias deverão executar os serviços através de técnico especializado em tanatopraxia e possuir um médico responsável.

SEÇÃO III

DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Artigo 16 - As Concessionárias deverão possuir no mínimo 02 (dois) veículos, sendo 01 (um) para remoção de cadáveres e 01(um) para cerimonial.

Artigo 17 - Os veículos a serem usados nos serviços deverão satisfazer as seguintes exigências:

- a) estar em excelentes condições de uso, na parte mecânica, elétrica, hidráulica, estética com idade máxima de até 05 (cinco) anos de fabricação;
- b) a pintura deverá ser uniforme em todo o veículo;
- c) deverá ter pintadas nas duas portas dianteiras a sigla, marca ou denominação da empresa Concessionária, bem como a inscrição “Prestando Serviços ao Município de Fernandópolis”;
- d) para execução dos serviços deverão ser lavados e conservados dentro da mais perfeita higiene e segurança;
- e) apresentação de certificado de vistoria e inspeção de segurança veicular, segundo normas dos órgãos de trânsito.
- f) todos os veículos utilizados na prestação do serviços deverão ser emplacados no Município de Fernandópolis nos termos da Lei Municipal nº. 4.156, de 17 de fevereiro de 2014.

SEÇÃO IV

DAS OBRIGAÇÕES DAS CONCESSIONÁRIAS

Artigo 18 - Ficam vedado as Concessionárias o exercício de qualquer atividade estranha ao Serviço Funerário previsto nesta Lei, à exceção de comercialização de Plano de Assistência Funeral.

Parágrafo Único - Ficam as Concessionárias obrigadas a fornecer material informativo, em folha tamanho A4 que contenha a lista dos serviços obrigatórios a serem prestados aos usuários, bem como, afixar as mesmas informações em local visível, em seu estabelecimento.

Artigo 19 - As Concessionárias na execução do serviço deverão observar as seguintes condições:

- a) executar adequadamente todos os serviços contratados;
- b) atender as normas e solicitações do Poder Concedente;

c) tratar com urbanidade o público e a fiscalização no desempenho das funções na empresa;

d) é vedado à preparação de corpo, tamponamento ou seu manuseio em capelas ou hospitais ou postos de saúdes ou em locais onde possa haver circulação de pessoas;

e) traslado para o sepultamento de corpos para outro município só é permitido mediante prévia emissão de nota fiscal, do atestado de óbito ou certidão de óbito ou autorização expressa do responsável pelo funeral ou autoridade Policial ou Judicial;

f) o corpo for trasladado para município com distância superior a 150 Km (cento e cinquenta quilômetros), exigir-se-á preparação química para assegurar condições mínimas ao corpo e a preservação ambiental, nos termos da Resolução ANVISA nº 68 de 10 de outubro de 2007;

g) fornecer, gratuitamente, os serviços obrigatórios de que trata o Artigo 9º desta Lei aos usuários, com base na renda per capta do núcleo familiar do falecido, conforme Lei Federal da Assistência Social;

h) possuir, no mínimo, 02 (dois) agentes funerários devidamente registrados para fins de melhor atender as famílias.

SEÇÃO V

DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

Artigo 20 - Para efeitos desta Lei o usuário do serviço público é o familiar do falecido(a) ou preposto(a) regularmente indicado.

Artigo 21 - Constituem direitos dos usuários do serviço funerário:

- I - receber o serviço adequado;
- II - receber informações relativas ao Serviço Funerário Municipal e sua forma de execução;
- III - o direito de petição perante o Poder Concedente e a Concessionária;
- IV - receber da Concessionária orientação necessária sobre os tipos de serviços disponíveis inclusive quanto aos preços tarifados.

SEÇÃO VI

DAS OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Artigo 22 - São obrigações do usuário:

- I - zelar pelo patrimônio público ou particular colocados a sua disposição ou utilizados na execução dos serviços;
- II - atender aos pedidos de informações dos órgãos competentes em quaisquer esferas da Administração Municipal para esclarecimentos de questões relativas ao serviço prestado para seu familiar;
- III - quando solicitado firmar declarações e documentos relativos ao Serviço Funerário Municipal assumindo a responsabilidade civil e criminal pelo conteúdo dos mesmos;
- IV - pagar a Concessionária os valores correspondentes aos serviços contratados.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Artigo 23 - A prática de atos visando frustrar os objetivos desta lei e do contrato de Concessão sujeitar-se-á as sanções previstas na legislação específica, sem prejuízos das responsabilidades civil e criminal que o ato ensejar.

Artigo 24 - O Município de Fernandópolis será responsável pela instauração de qualquer procedimento administrativo em razão da inobservância das disposições desta Lei e do contrato de concessão.

Artigo 25 - Pelo inadimplemento de qualquer condição desta Lei considerando-se a natureza especial e relevante dos serviços a serem prestados, o Poder Concedente aplicará as seguintes penalidades: advertência, multa, intervenção ou rescisão da outorga da Concessão e a cassação do alvará de funcionamento:

- I - Advertência por escrito:
 - a) não disponibilizar do catálogo das Tarifas aos usuários quando solicitado;
 - b) empregar equipamento em más condições de conservação, limpeza ou pintura;
 - c) utilizar equipamento inadequado;
 - d) não atender às informações solicitadas pelo Poder Concedente por intermédio de seus Fiscais ou pelo impedimento de acesso da fiscalização aos serviços e suas dependências utilizadas pela Concessionária;
- II - Multa: Se após 15 (quinze) dias da aplicação da advertência à Concessionária não regularizar os serviços advertidos por escrito com apreensão de artigos, produtos e aplicação da multa de 50 (cinquenta) URM para cada serviço não regularizado, recolhendo aos cofres do município, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da decisão final;

III - Intervenção: Não cumprida a adequação dos serviços no prazo estipulado ou se a Concessionária deixar de abrir a sede da Agência funerária para atendimento ao público decretar-se-á intervenção nos serviços e nas instalações da Concessionária, mediante Decreto Municipal observado os artigos 32 a 34, da Lei Federal nº 8.987/95 até o prazo 180 (cento e oitenta) dias;

IV - Rescisão do Contrato: Se, após o cumprimento da intervenção, a Concessionária não regularizar o serviço objeto da intervenção ou deixar de pagar a multa será rescindido o contrato de Concessão, observado o direito de ampla defesa.

CAPÍTULO VI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Artigo 26 - O Município de Fernandópolis ao tomar ciência de qualquer infração promoverá sua apuração, mediante processo administrativo próprio que será instruído com os seguintes elementos:

- I - cópia do auto de infração com relatório circunstanciado da situação verificada;
- II - cópia da notificação indicando o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa pela Concessionária; e
- III - despacho da secretaria responsável pela aplicação de penalidade cabível, quando for o caso.

Artigo 27 - A Concessionária tem o direito de interpor recurso dirigido a(ao) Prefeita(o) Municipal com efeito suspensivo, no prazo de 15(quinze) dias úteis, a contar da data da juntada aos autos do processo administrativo a certidão de notificação dando ciência das penalidades aplicadas ao representante legal da Concessionária.

Artigo 28 - As multas deverão ser pagas pela Concessionária no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data da juntada aos autos do processo administrativo da notificação dando ciência do indeferimento do recurso.

Parágrafo Único - Findo esse prazo, sem recolhimento do valor da multa, será determinada a remessa para inscrição do débito em dívida ativa, sem prejuízo da instauração de procedimento visando à rescisão da Concessão, salvo se houver ação judicial em trâmite contra a decisão do processo administrativo.

Artigo 29 - Na observância da contagem dos prazos previstos

<